

3. PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DOS VÍNCULOS PRECÁRIOS:

Submete-se informação circunstanciada relativa ao programa de regularização extraordinária dos vínculos precários, que passa a fazer parte integrante da minuta.

INFORMAÇÃO

Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários

1. Na sequência da entrada em vigor da Lei n.º 112/2017, de 29.12, que estabelece os termos da regularização prevista no programa de regularização extraordinária dos vínculos precários de pessoas que exerçam ou tenham exercido funções que correspondam a necessidades permanentes da Administração Pública, de autarquias locais e de entidades do setor empresarial do Estado ou do setor empresarial local, sem vínculo jurídico adequado a que se referem o artigo 25.º da LOE 2018 e a Resolução do Conselho de Ministros n.º 32/2017, de 28.02, torna-se necessário avaliar as situações de exercício de funções que correspondam a necessidades permanentes e cujo vínculo jurídico seja inadequado.
2. Nos termos do disposto no nº 1 do art.º 2º da Lei n.º 112/2017, o programa de regularização extraordinária dos vínculos precários abrange as pessoas que:
 - a) Exerçam ou tenham exercido funções que correspondam ao conteúdo funcional de carreiras gerais ou especiais;
 - b) Que satisfaçam necessidades permanentes dos serviços;
 - c) Com sujeição ao poder hierárquico, à disciplina ou direção dos serviços;
 - d) Sem vínculo jurídico adequado.
3. Nos termos do disposto no nº 1 do art.º 3º da referida Lei, são abrangidas as pessoas referidas no ponto 2 que:
 - a) Exerçam ou tenham exercido as funções em causa:
 - aa) No período entre 1 de janeiro e 4 de maio de 2017, ou parte dele
 - ab) E durante pelo menos um ano à data de início do procedimento concursal de regularização, com exceção das pessoas que exerceram essas funções ao abrigo de contratos emprego-inserção, contratos emprego-inserção+, às quais basta que as tenham exercido durante algum tempo nos três anos anteriores à data do início do procedimento concursal de regularização.

4. No Município de Braga desempenham/desempenharam funções no período indicado em aa), **28** pessoas ao abrigo de contratos de prestação de serviços, na modalidade de avença, sendo que **14** desempenham funções em áreas de atividade para as quais não existem recursos internos com formação adequada à sua prossecução, a saber: higiene e segurança no trabalho, coordenação de segurança em obra, engenharia do ambiente, comunicação e imagem, engenharia de energias renováveis e design gráfico, num total de **7** pessoas ou em áreas de atividade para as quais não existem recursos internos suficientes para o desenvolvimento das atribuições dos serviços, a saber: atividades desportivas, educação, gestão de stocks e arquitetura, num total de **7** pessoas.
5. No Município de Braga desempenham/desempenharam funções no mesmo período, **24** pessoas ao abrigo de contratos emprego-inserção+, sendo que **8** desempenham funções em áreas de atividade para as quais não existem recursos internos suficientes para o desenvolvimento das atribuições dos serviços, a saber: biblioteca e documentação, cultura, inclusão social, vigilância, agropecuária, bar e restauração.
6. No Município de Braga desempenham/desempenharam funções no mesmo período, **99** pessoas ao abrigo de contratos emprego-inserção, sendo que **30** desempenham funções em áreas de atividade para as quais não existem recursos internos suficientes para o desenvolvimento das atribuições dos serviços, a saber: atendimento, educação, jardinagem, atividades desportivas, arquivo, informática, cultura, administrativo-financeira, engenharia civil, administrativo, jurídico, vigilância.
7. No Município de Braga desempenha funções **1** assistente técnico ao abrigo de CTFP a termo resolutivo incerto, desde 27.02.2009, sendo que na área de atividade respetiva, metrologia, não existem recursos internos suficientes para o desenvolvimento das atribuições dos serviços.
8. Considerando que as atividades e tarefas asseguradas pelas pessoas mencionadas nos pontos 4, 5, 6 e 7 são necessidades permanentes dos serviços, tendo dado origem, inclusivamente, à previsão de vagas no mapa de pessoal de 2018 em muitas das áreas de atividade nesses pontos referenciadas;
9. Considerando que as mesmas executaram as suas atribuições com sujeição ao poder hierárquico e à disciplina dos serviços;

10. Considerando que o n.º de postos de trabalho a incluir no procedimento concursal de regularização corresponde ao n.º de pessoas abrangidas pelo mesmo, de acordo com o n.º 1 do art.º 4º do diploma em causa e nos termos definidos no n.º 2 do mesmo artigo e que este n.º ascende a 53;
11. Considerando que no mapa de pessoal de 2018 do Município de Braga, aprovado pela assembleia municipal de 29.12.2018, prevê o recrutamento de 174 postos de trabalho, muitos dos quais para áreas funcionais desenvolvidas pelo grupo de pessoas a abranger por este processo de regularização;
12. Cabendo ao executivo reconhecer as funções que satisfazem necessidades permanentes dos serviços, sem que lhes corresponda vínculo adequado de emprego público;
13. Cabendo ao órgão executivo propor ao órgão deliberativo o aumento do mapa de pessoal pelo n.º de postos de trabalho estritamente necessário para corresponder às necessidades permanentes reconhecidas por aquele;
14. Encontrando-se as 174 vagas referidas no ponto 10 distribuídas pelas carreiras e unidades orgânicas descritas:
 - a) Unidades Orgânicas Dependentes da Vereação - 91 vagas:
76 Assistentes operacionais; 7 assistentes técnicos; 5 técnicos superiores; 3 bombeiros municipais recrutados;
 - b) Direção Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva – 35 vagas:
20 Assistentes técnicos; 11 técnicos superiores, dos quais 2 da área de direito e 2 da área de engenharia civil; 3 técnicos de informática; 1 especialista de informática;
 - c) Direção Municipal de Obras e Serviços Municipais – 32 vagas:
25 Assistentes operacionais, dos quais 15 da área de jardinagem, 2 na área de eletricista, 2 na área da vigilância noturna, 2 na área de agropecuária, 1 na área de carpintaria, 1 na área de trolha e 1 na área de serralharia; 1 assistente técnico; 6 técnicos superiores, dos quais 4 da área de engenharia civil, 1 da área de arquitetura e 1 da área de engenharia mecânica;
 - d) Direção Municipal de Urbanismo, Ordenamento e Planeamento – 16 vagas:
7 Assistentes operacionais; 3 assistentes técnicos; 6 técnicos superiores, dos quais 3 da área de arquitetura, 1 da área de arquitetura paisagista e 2 da área de geografia e planeamento;

15. Verifica-se a necessidade de aditamento das seguintes 18 vagas, nos termos e para os efeitos do disposto conjuntamente no art.º 4º e no nº 2 do art.º 6º da Lei:

- a) Unidades Orgânicas Dependentes da Vereação – 6 vagas:
3 Assistentes técnicos; 3 técnicos superiores;
- b) Direção Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva – 3 vagas:
2 Assistentes operacionais; 1 técnico superior, da área de direito;
- c) Direção Municipal de Obras e Serviços Municipais – 8 vagas:
2 Assistentes operacionais, na área da vigilância noturna; 1 assistente técnico, da área de metrologia; 5 técnicos superiores, dos quais 1 da área de higiene e segurança no trabalho, 2 da área de coordenação de segurança, 1 na área de engenharias renováveis e 1 na área de gestão de stocks;
- d) Direção Municipal de Urbanismo, Ordenamento e Planeamento – 1 vaga:
1 Técnico superior, dos quais 1 da área de engenharia do ambiente;

16. Propõe-se submeter, nos termos do disposto no nº 2 do art.º 3º da Lei em causa, a aprovação do executivo a presente informação, a fim de que este órgão decida o reconhecimento referido no ponto 12, bem como, nos termos do disposto no nº 2 do art.º 6º da mesma Lei, levar ao conhecimento do mesmo órgão a indicação do nº necessário de vagas a aditar do mapa de pessoal, a fim de que este, querendo, apresente a proposta a aprovação da assembleia municipal.

17. Os vínculos existentes a 01.01.2018 cujas situações são abrangidas pela regularização extraordinária e relativamente às quais ocorra o reconhecimento supra mencionado, beneficiarão do regime transitório de proteção previsto no nº 1 do art.º 16º, sendo prorrogados até à conclusão dos correspondentes procedimentos concursais.

18. Será promovida a notificação de todos os interessados, conforme o previsto no nº 4 do art.º 10º.

Braga, 23/01/2018

O Presidente da Câmara

